

01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
ACÓRDÃO
REQTE.(S) : ÂNGELO GOULART VILLELA
ADV.(A/S) : TECIO LINS E SILVA E OUTRO(A/S)

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL. PETIÇÃO. INQUÉRITO. DESMEMBRAMENTO. REMESSA AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FORO. PEDIDO DE ENVIO DOS AUTOS AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. COMPETÊNCIA PELO LUGAR DOS FATOS. AGRAVO DESPROVIDO. *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. COMPETÊNCIA *RATIONE LOCI*. REMESSA DETERMINADA AO TRF DA 1ª REGIÃO. PRISÃO PREVENTIVA. MOTIVOS. NÃO SUBSISTÊNCIA. RELAXAMENTO. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM CONCEDIDA PELA TURMA EM RAZÃO DO EMPATE. EXTENSÃO A CORRÉU NA MESMA SITUAÇÃO.

I – Nos termos do art. 108, I, da Constituição, compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral. Com base nesse dispositivo, que traz hipótese de competência por prerrogativa de foro, o relator original, Ministro Edson Fachin, determinou a remessa dos autos ao TRF3.

II – Ocorre que, diversamente dos juízes federais, os procuradores da república não estão vinculados necessariamente a um dos Tribunais Regionais Federais. Na época dos fatos, o requerente Ângelo Goulart Villela atuava como Procurador da República exclusivamente no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

III – Assim, aquele tribunal regional é o competente para julgá-lo em razão da competência *ratione loci*, que deve ser conjugada com a competência por prerrogativa de foro. Ademais, há de se ter em conta o

**PET 7063 / DF**

princípio da ampla defesa, do qual decorre ser mais benéfico ao Procurador defender-se no local onde reside, tem domicílio e exerce ou exercia as suas funções.

IV – Não há notícia de que o requerente esteja afetando de qualquer maneira a ordem pública, a ordem econômica, interferindo na instrução criminal ou obstando a aplicação da lei penal.

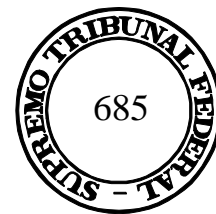
V – Não mais subsistem, portanto, as razões para manutenção da prisão preventiva.

VI – Ordem concedida, em razão do empate, para fixar a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgar o requerente, bem como para revogar sua prisão preventiva, impondo-lhe, com fundamento no art. 319 do Código de Processo Penal, medidas cautelares diversas da prisão.

VII – Extensão da medida a corréu, presente semelhante contexto fático e jurídico.

ACÓRDÃO

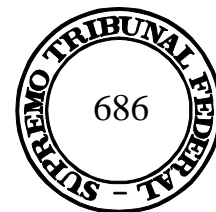
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria, aplicar o parágrafo único do artigo 146 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, prevalecendo a decisão mais favorável ao paciente, em caso de empate na votação, vencido, nesse ponto, apenas o relator. Por empate na votação, com apoio nos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, conceder a ordem de *habeas corpus*, de ofício, de modo a fixar a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgar o requerente ÂNGELO GOULART VILLELA, bem como para revogar sua prisão preventiva, impondo-lhe, com fundamento no art. 319 do Código de Processo Penal, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão: I) Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas

**PET 7063 / DF**

pelo juiz, para informar e justificar atividades; II) Proibição de acesso ou frequência a qualquer das dependências do Ministério Público; III) Proibição de manter contato com qualquer dos investigados; IV) Proibição de ausentar-se, sem licença, da jurisdição do TRF1; V) Recolhimento domiciliar no período noturno; VI) Suspensão do exercício da função de Procurador da República, sem prejuízo de seus vencimentos; e VII) Caução do seu passaporte junto ao TRF1. E, na linha do quanto apontado pelo Ministro Gilmar Mendes, constatou, também, que é semelhante o contexto fático e jurídico da decisão atacada nesta Petição relativamente à WILLER TOMAZ DE SOUZA, razão pela qual estendeu-lhe os efeitos desse julgamento de maneira a estabelecer a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgá-lo, revogando, igualmente, sua prisão preventiva, com a imposição das medidas cautelares acima descritas, ressalvada a que consta do item VI, ficando, assim, autorizado o exercício da advocacia. Determinar, ainda, a expedição dos competentes alvarás de soltura clausulados, e a comunicação desta decisão ao 19º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, tudo nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator) e Celso de Mello que negavam provimento ao agravo. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 1º de agosto de 2017.

RICARDO LEWANDOWSKI – REDATOR DO ACÓRDÃO



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
ACÓRDÃO
REQTE.(S) : ÂNGELO GOULART VILLELA
ADV.(A/S) : TECIO LINS E SILVA E OUTRO(A/S)

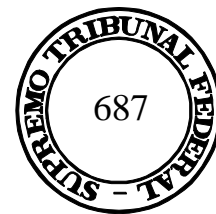
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto por Ângelo Goulart Villela (fls. 4-8), processado em procedimento autônomo, em face da decisão que determinou a remessa do Inquérito 4.489 ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, incumbindo-lhe, ainda e nessa mesma determinação, o julgamento de anterior irresignação questionando a prisão preventiva decretada contra si e em desfavor de Willer Tomaz de Souza.

Sustenta o agravante, em síntese, ser equivocada a remessa do referido inquérito ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pois à época dos fatos e de sua prisão exercia funções na Capital Federal como auxiliar do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, local onde também mantém residência e teriam ocorrido os episódios investigados, razão pela qual, a seu ver, a Corte Regional competente, nos termos do art. 108, I, da Constituição Federal, combinado com o art. 70 do Código de Processo Penal, seria a da 1ª Região.

Alega, também, que a declinação da competência desta Suprema Corte, antes do julgamento do agravo regimental interposto contra a decisão que decretou sua prisão preventiva, constitui descabida negativa de prestação jurisdicional, pelo que requer a reconsideração da decisão agravada ou sua submissão ao órgão colegiado, para seja revogada a custódia cautelar bem como reconhecida a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com vista dos autos, o Procurador-Geral da República oferta suas contrarrazões às fls. 15-24, assentando que, na definição da competência

**PET 7063 / DF**

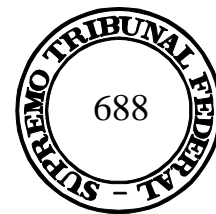
dos Tribunais Regionais Federais a situações em tela, “*não é o lugar da infração o critério eleito pelo Constituinte para tanto, mas sim o lugar em que oficie o membro do Ministério Público da União perante magistrados de 1ª instância*” (fl. 21), motivo que implica no desprovimento do agravo regimental.

Por meio da petição de fls. 33-38, Willer Tomaz de Souza requer o ingresso no feito, com fundamento no art. 580 do Código de Processo Penal, voltando-se contra o mesmo decreto de prisão preventiva em função de alegada desnecessidade da medida extrema, conforme decidido pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal nos autos da AC 4.327 referente à mesma operação policial.

Posteriormente, em 26.6.2017, o agravante Ângelo Goulart Villela (fls. 101-105) requereu o julgamento de seu regimental na sessão do dia 27.6.2017 da Segunda Turma, postulando pela realização de sustentação oral, aduzindo que, a despeito do declínio da competência, com a determinação de julgamento do anterior agravo regimental pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, órgão colegiado algum teria apreciado a necessidade ou não da manutenção da custódia cautelar, a qual foi mantida pelo Desembargador Federal relator, bem como pelos Ministros Rogério Schietti e Ricardo Lewandowski, que indeferiram os pleitos liminares formulados em *habeas corpus* impetrados perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Na petição de fls. 118-123, Willer Tomaz de Souza pugna seja conferida identidade de tratamento ao dispensado nos autos da AC 4.327, no qual a prisão preventiva dos ali investigados teria sido revista antes do ato de desmembramento, aduzindo que “*Ângelo Goulart e Willer Tomaz têm enfrentado dificuldade na revisão dos pressupostos fáticos e jurídicos da constrição cautelar lhes imposta no âmbito da AC nº 4.131/DF (sic), justamente porque ordenada por um eminente Ministro desse Supremo Tribunal Federal*” (fl. 120).

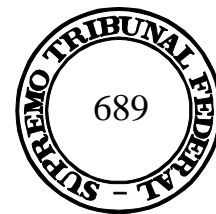
O Procurador-Geral da República manifesta-se novamente às fls. 187-197 pela prejudicialidade dos pedidos de inclusão em pauta do agravo regimental interposto por Ângelo Goulart Villela, bem como pelo

**PET 7063 / DF**

seu desprovimento, aduzindo que *“não é possível que os pleitos de revogação das prisões preventivas do agravante e de Ângelo Goulart Villela sejam apreciados pelo STF por meio do presente expediente, ante a flagrante supressão de instância que tal ato acarretaria. Incumbe ao tribunal regional competente apreciar a questão referente à manutenção ou não das prisões”(fl. 195).”*

Retornando os autos conclusos aos 29.6.2017, por meio de decisão monocrática proferida aos 30.6.2017 julguei prejudicado o pedido de inclusão do agravo regimental na pauta da sessão do dia 27.6.2017. consignando, ainda, sobre as prisões preventivas decretadas que, *“tratando-se de decisão de natureza cautelar, eventual modificação do panorama fático-processual que autorize a sua revisão deve ser objeto de deliberação pela autoridade judiciária competente que, no caso em análise, não é mais o Supremo Tribunal Federal, mas o Tribunal Regional Federal da 3ª Região”*.

É o relatório.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
ACÓRDÃO	
REQTE.(S)	: ÂNGELO GOULART VILLELA
ADV.(A/S)	: TECIO LINS E SILVA E OUTRO(A/S)

OBSERVAÇÃO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Antes de apresentar o meu voto aos eminentes Pares, eu gostaria de fazer referência a dois ou três aspectos que foram mencionados nas sustentações orais.

E principio dizendo que, creio que como os demais eminentes Ministros, recebi um memorial da parte do Dr. Gustavo Henrique Badaró, e permito-me dizer - embora fosse desnecessário - tratar-se de uma peça cuja elegância da redação está no mesmo patamar da escorreita argumentação. Quero cumprimentar o ilustre professor pela precisão e verticalização que fez dos diversos argumentos contidos neste memorial.

Como se assenta no memorial, na página 3, e também constou do relatório que já apresentei nessa sessão de julgamento, este agravo regimental é de 31 de maio, e nele se requer, basicamente, os dois pontos que foram versados nas sustentações orais, quais sejam, a revogação da prisão preventiva e o reconhecimento da competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Basicamente são os dois pontos efetivamente centrais.

Permito-me observar - sem embargos do elogio genuíno que fiz - o memorial, como os eminente Pares certamente puderam verificar também, contém alguns argumentos adicionais em relação a aspectos que estão no agravo regimental. Não estou aqui fazendo juízo de valor sobre uma peça ou outra. Apenas estou a mencionar que, não obstante se tratar, desde o agravo, de uma mesma matriz normativa que dá sustentação a irresignação recursal, o memorial traduz uma base argumentativa cuja

**PET 7063 / DF**

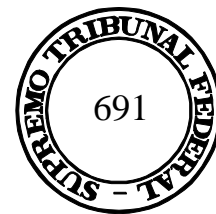
causa de pedir acaba se distanciando um pouco, embora vá na mesma direção, daquela que contém a própria peça do agravo regimental. Portanto, o que eu vou apreciar no meu voto são os argumentos contidos no agravo regimental, pois alguns desses que estão aqui neste, como disse e repito, exemplar memorial foram deduzidos em caráter de inovação na ambiência do próprio memorial.

E, por derradeiro, há uma informação que aqui foi repisada e que também está expressamente referida na página 11 do memorial, sobre a circunstância de que - aqui se diz "todos os investigados" -, de todos os investigados na denominada Operação Patmos, de todos, os únicos que ainda estão presos são o requerente Ângelo e Willer Tomaz, ninguém mais.

Esta informação, embora, evidentemente, o ilustre advogado tenha examinado todos os fatos e atos para aqui deduzi-la, pode, eventualmente - isto é algo que poderá verificar-se -, ser arrostada pela circunstância, por exemplo, de que a senhora Roberto Funaro, não obstante esteja em prisão domiciliar, está sob prisão; o senhor Lúcio Funaro, nada obstante já estivesse com prisão anterior decretada, teve sua prisão decretada e essa não foi revogada, nem mesmo a do ex-deputado Eduardo Cunha. Portanto, faço referência a essa circunstância, arrostando a informação que há no memorial.

Uma outra circunstância que foi referida na tribuna, e creio que mereça explicitação, é o fato de tratar-se de uma decisão de Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, ato posterior, desmembra e remete para Tribunal Regional Federal, havendo, portanto - como foi dito da tribuna, fazendo uma articulação da expressão -, a autoridade do argumento em face do argumento da autoridade, dito pelo ilustre professor que ocupou a tribuna.

Eu gostaria de manusear e apenas relembrar rapidamente que às folhas 200 dos autos - portanto é uma peça conhecida -, na ambiência do Superior Tribunal de Justiça - lá, Relator o Ministro Rogério Schietti -, constou expressamente o que reproduzi, em parte, nessa decisão que está aqui às folhas 3 da decisão que exarei no dia 30 de junho e reproduzi

**PET 7063 / DF**

trecho da decisão que lá, no STJ, do Ministro Schietti, indeferiu o pedido de liminar.

Assentou Sua Excelência o Ministro Rogério Schietti:

“(...) o feito, inicialmente alçado à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, foi apreciado pelo Ministro Edson Fachin, que, em análise criteriosa, produziu decisão que, muito embora não mais subsista – por força do reconhecimento, pelo próprio ministro relator, da incompetência constitucional do órgão máximo da Justiça pátria para conhecer da persecução penal para lá inicialmente encaminhada – não há de ser desconsiderada quanto aos argumentos nela contidos (...)” (g.n.)

Portanto, o próprio STJ, por meio dessa decisão da lavra do eminente Ministro Schietti, expressamente assentou qual era a decisão que poderia ser atacada em termos da prisão preventiva. Tanto que, ao final da decisão, esta que tomei em 30 de junho, assentei: "ante o exposto, ressaltando como exaurida a presença processual do tema no Supremo Tribunal Federal". E, aí, prossegui, julgando prejudicada a inclusão na pauta do dia 27, pois o despacho foi do dia 30. E, aqui, disse que seria a insurgência levada na primeira sessão do mês de agosto do ano corrente, que é o que está acontecendo exatamente neste momento, portanto levando a efeito aquilo que aqui mencionei.

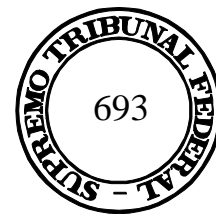
E em relação a essa decisão do STJ, o que há aqui, neste Tribunal, é da parte de Willer Tomaz, o Habeas Corpus 145.431, e da parte de Ângelo, o Habeas Corpus 140.430, que são de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski. Que são dois *habeas* em que Sua Excelência já examinou a matéria, à luz da sua percepção, e negou seguimento a respectiva impetração, tendo assentado, em folhas 6:

"(...) é de todo conveniente aguardar o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça no *habeas corpus* ora questionado, não sendo a hipótese de se abrir, nesse momento, a via de exceção, sob pena, como antes dito, de indevida supressão de instância."

Eu estou prestando esses esclarecimentos apenas para pontuar aspectos que foram objetos da sustentação oral e para dar sentido ao voto que trago e que ora apresento para o desate desta matéria.



PET 7063 / DF



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Conforme relatei, esta insurgência volta-se contra a determinação de remessa do Inquérito 4.489 ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tendo em vista ocupar o agravante o cargo de Procurador da República na aludida região da Justiça Federal. Impugna-se, ainda, o decreto de prisão preventiva exarado contra o ora agravante e Willer Tomaz de Souza, que também ingressou nestes autos postulando a extensão de eventual decisão revogatória da medida extrema.

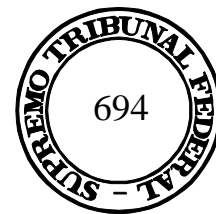
Rememoro, de início, que o questionamento em análise detém ambiência nas medidas investigativas e jurisdicionais levadas a efeito a partir da colaboração premiada entre o Ministério Público Federal e integrantes do Grupo J&F, submetida à homologação deste Supremo Tribunal Federal em razão da existência de relatos de atos supostamente ilícitos envolvendo autoridades com foro por prerrogativa de função, nos termos do art. 102, I, “b” e “c”, da Constituição Federal.

Como consignado em decisão proferida nos autos do Inquérito 4.483, a análise por este relator dos pleitos cautelares formulados pelo Procurador-Geral da República teve por motivo a aparente conexão dos fatos imputados ao ora agravante e ao co-investigado com o objeto de investigações já em curso perante o Supremo Tribunal Federal, revelando-se elucidativa a transcrição das seguintes conclusões ali exaradas:

“(…)

4. Até o presente momento, a conjugação das investigações nos mesmos autos e sob minha relatoria decorreu da flagrante conexão dos fatos trazidos à baila pelos precitados colaboradores e à luz do que narrou o Procurador-Geral da República.

Importa esclarecer, de passagem, que a definição da competência jurisdicional, mormente quando se está diante da

**PET 7063 / DF**

fase pré-processual, é sujeita à constante reavaliação, a partir do panorama probatório que vai se modificando com o aprofundar das investigações. Com a verticalização da apuração, tanto suspeitas iniciais podem ser esclarecidas e deixar de fazer parte da hipótese fática inicial, quanto outros fatos podem ser descobertos, influenciando a incidência de outras regras de definição de competência.

(...)

Nessa direção, o Inquérito 4.483 reúne a apuração acerca de atos supostamente delituosos atribuídos a Michel Miguel Elias Temer Lulia, Aécio Neves da Cunha e Rodrigo Santos da Rocha Loures, no exercício das respectivas funções públicas de Presidente da República, Senador da República e Deputado Federal, acompanhados de outros investigados que não detêm foro por prerrogativa de função neste Tribunal.

O ponto central da investigação em tela reside, segundo o Ministério Público Federal, nas relações espúrias mantidas pelo Grupo Empresarial J&F com representantes do setor público nas suas variadas esferas, cooptando-os para atuação conforme seus interesses em busca de objetivos empresariais traçados.

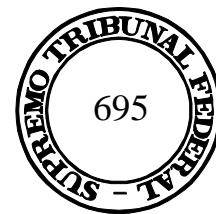
Entretanto, no atual estágio deste procedimento inquisitório, bem como do Inquérito 4.489 também instaurado no curso das investigações, já é possível se atestar a existência de fatos dotados de autonomia e de independência, a recomendar providências imediatas por parte deste relator, conforme se passa a demonstrar.

(...)

Por fim, em relação aos acontecimentos que envolvem o advogado Willer Tomaz e o Procurador da República Ângelo Goulart Vilella, objeto do Inquérito 4.489, apura-se, em consonância com a peça preambular do Ministério Público Federal, o direcionamento de suas eventuais condutas, no exercício das respectivas funções, para a obstrução de investigações em curso envolvendo o Grupo Empresarial J&F.

(...)

6. (...) no tocante aos fatos atribuídos a Willer Tomaz e

**PET 7063 / DF**

Ângelo Goulart Vilella, cabe destacar, mais uma vez, que a investigação já se encontra desmembrada nos autos do Inquérito 4.489 e, assim como os relacionados ao Senador da República Aécio Neves da Cunha, é possível se afirmar, neste momento, que, a despeito da conexão inicial, a evolução das apurações demonstra que já não guardam relação de conexidade com o objeto deste Inquérito 4.483 ou dos Inquéritos 4.327 e 4.326.

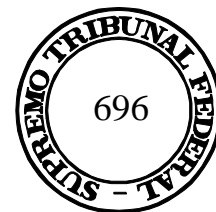
Como referi, esses investigados estão, em tese, de conformidade com a narrativa do Ministério Público, envolvidos apenas na suposta obstrução das investigações direcionadas contra o Grupo Empresarial J&F, nada existindo que sugira outra relação com integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Todo esse cenário determina o reconhecimento da incompetência do Supremo Tribunal Federal para a supervisão do referido Inquérito 4.489, porquanto os investigados não se encontram investidos nos cargos elencados no art. 102, I, b e c, da Constituição Federal”.

Não mais subsistindo no objeto da investigação qualquer autoridade detentora de foro por prerrogativa nesta Suprema Corte, e considerando que o ora agravante ocupa o cargo de Procurador da República, determinei a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, já que nesta exerce, de forma ordinária, as respectivas funções.

E nada obstante a observação expressa exarada na decisão agravada, no sentido de que a remessa questionada não importaria em definição de competência para as investigações em curso, a qual pode ser objeto de oportuna reavaliação na origem, insurge-se o agravante contra tal determinação, afirmando a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, já que os fatos teriam se passado na Capital da República, onde, inclusive, prestava auxílio no Gabinete do Vice-Procurador-Geral Eleitoral.

Perceptível, nesse contexto, que a pretensão do ora agravante reveste-se substancialmente de uma exceção de incompetência suscitada

**PET 7063 / DF**

de forma originária perante o Supremo Tribunal Federal, pois o inquérito supra mencionado aqui não mais tramita, cuja resolução, neste momento, implicaria em indevida supressão de instância.

Ao lado disso, convém registrar que como não há mais qualquer causa de atração da competência criminal originária desta Suprema Corte, a declinação deu-se em favor do juízo aparentemente competente, no caso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, porque, repiso, o ora agravante ocupa o cargo de Procurador da República no âmbito da referida região da Justiça Federal, à luz do que preceitua o art. 108, I, “a”, da Constituição Federal, *verbis*:

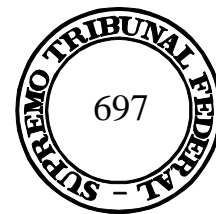
“Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I – processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;”

Aliás, a decisão agravada está embasada em precedente deste Supremo Tribunal Federal que, partindo da premissa de que a competência constitucional para julgar o *habeas corpus* é estabelecida em favor do órgão do Poder Judiciário incumbido do julgamento da autoridade coatora quando acusada da prática de crime, definiu o Tribunal Regional Federal da 1ª Região como competente para julgar remédio constitucional impetrado em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, em razão da delimitação territorial de sua atuação estar inserida na jurisdição da aludida Corte Regional. A propósito:

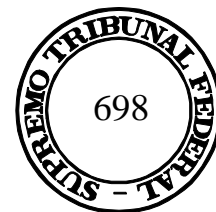
“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. HABEAS CORPUS. ATO DE MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS COM ATUAÇÃO NA PRIMEIRA INSTÂNCIA. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL. GARANTIA DO JUÍZO NATURAL.

**PET 7063 / DF**

PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. APLICAÇÃO DA ALÍNEA "D" DO INCISO I DO ART. 128, COMBINADO COM A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 108 DA MAGNA CARTA. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. PRECEDENTE DA 2ª TURMA. A jurisprudência desta Casa de Justiça firmou a orientação de que, em regra, a competência para o julgamento de habeas corpus contra ato de autoridade é do Tribunal a que couber a apreciação da ação penal contra essa mesma autoridade. Precedente: RE 141.209, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence (Primeira Turma). Partindo dessa premissa, é de se fixar a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para processo e julgamento de ato de Promotor de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios com atuação na primeira instância. Com efeito, a garantia do juízo natural, proclamada no inciso LIII do art. 5º da Carta de Outubro, é uma das mais eficazes condições de independência dos magistrados. Independência, a seu turno, que opera como um dos mais claros pressupostos de imparcialidade que deles, julgadores, se exige. Pelo que deve prevalecer a regra específica de competência constitucional criminal, extraída da interpretação do caput do art. 128 c/c o caput e a alínea "d" do inciso I do art. 108 da Magna Carta, em face da regra geral prevista no art. 96 da Carta de Outubro. Precedente da Segunda Turma: RE 315.010, Relator o Ministro Néri da Silveira. Outras decisões singulares: RE 352.660, Relator o Ministro Nelson Jobim, e RE 340.086, Relator o Ministro Ilmar Galvão. Recurso extraordinário conhecido e provido" ((RE 418.852, Rel. Min. CARLOS AYRES BRITTO, Primeira Turma, DJ 10.3.2006).

No mesmo sentido, colhe-se da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Corte constitucionalmente competente para dirimir conflitos de competência entre tribunais, nos termos do art. 105, I, "d", da Carta da República:

"HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA. QUEIXA-CRIME. MUDANÇA DE LOTAÇÃO DO QUERELADO.

**PET 7063 / DF**

PROCURADOR DA REPÚBLICA EM EXERCÍCIO NO DISTRITO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. 1. A competência penal por prerrogativa de função (*ratione personae*) exclui a regra da competência pelo lugar da infração (*ratione loci*), não havendo falar, por outro lado, no caso de incompetência superveniente, em *perpetuatio jurisdictionis*, ante a natureza constitucional do foro privilegiado (Constituição Federal, artigo 108, inciso I, alínea "a") e o caráter absoluto do princípio do Juiz Natural. 2. A perpetuação da competência, de qualquer modo, reclama, sobretudo no processo penal, regra expressa, à qual permanece estranha a espécie, afora ser de índole infraconstitucional (cf. Código de Processo Penal, artigo 81, caput). 3. Ordem concedida" (HC 97.152/RJ, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 19.6/2008, DJe 20.10.2008).

Por fim, não é demais anotar que a situação de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público Estaduais e Federal convocados às Cortes Superiores, de certo modo, pode ser vista como àqueles indicados a comporem o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público, os quais, a teor da Emenda Constitucional 45/2004, não detêm qualquer foro especial por prerrogativa de função diverso daquele decorrente de sua lotação (origem). Nesse sentido: PET 1.249 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ de 9.4.1999).

Com estas considerações, e alertando uma vez mais que o aprofundamento do debate nesta Suprema Corte redundaria também em supressão da jurisdição a ser prestada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, afirmo a inexistência de qualquer vício na declinação da competência em favor do aludido Sodalício.

E como consectário desta conclusão, consoante já afirmado em 30.6.2017 nestes autos, fica prejudicada a análise da insurgência voltada em face das constringências cautelares do ora agravante e de Willer Tomaz de Souza, as quais, atualmente, tem por fundamento não o decreto exarado nos autos da AC 4.331, mas a decisão proferida pelo Desembargador

**PET 7063 / DF**

Federal Toru Yamamoto, que entendeu pela necessidade de manutenção da medida extrema, cuja desconstituição deve ser - e está sendo - pleiteada pelas vias processuais cabíveis perante as instâncias competentes, sem prejuízo de que, oportunamente, a questão seja novamente submetida à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, respeitado o devido processo legal.

Nessa direção, há notícia de que a defesa técnica impetrou *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, no qual o pleito liminar foi indeferido, dando ensejo ao manejo de novo remédio constitucional distribuído ao eminente Ministro Ricardo Lewandowski (HC 145.430/SP), ao qual Sua Excelência negou seguimento, aplicando o entendimento pacificado no enunciado n. 691 da Súmula deste Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.

É o voto.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente e eminente Relator, cumprimento Vossa Excelência pelo denso voto que apresenta à cogitação deste egrégio Plenário, cumprimento os advogados e representantes do Ministério Público pelas substanciosas sustentações orais que fizeram, mas princípio, fazendo a leitura daquilo que se contém no artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

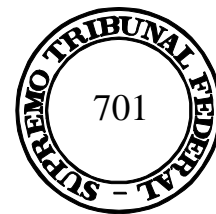
"§ 2º Os juízes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de *habeas corpus*, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal".

A primeira observação que faço é a seguinte, nós estamos diante de um pleito que foi feito não apenas de modo formal - escrito, portanto -, mas também que foi veiculado oralmente da tribuna por dois eminentes Advogados que clamam por justiça e alegam que o seu cliente está sofrendo coação ilegal.

De fato, indeferi liminarmente dois pleitos de *habeas corpus* de forma consentânea com jurisprudência pacificada desta Corte. No primeiro caso, tratava-se de um *habeas corpus* contra uma decisão de Ministro da Casa, com jurisprudência majoritária, mas consolidada, no sentido de que não cabe esse remédio para sanar alguma ilegalidade ou abuso de poder quando se trata de ato de um membro desta elevada Corte. Um segundo *habeas corpus*, também indeferido liminarmente, tratava da superação da Súmula 691.

Ocorre que todas as decisões são dadas de acordo com as circunstâncias do momento e com aquilo que se contém nos autos que nos são apresentados.

Verifico, que os fatos evoluíram. Houve, realmente, uma mudança na realidade fenomenológica que está sujeita à apreciação desta Corte a qual me leva - e aí peço as mais respeitosas vênias - a conceder um *habeas corpus* de ofício. Porque a Suprema Corte não pode ficar calada, silente,

**PET 7063 / DF**

diante de uma lesão a direito, pelo menos naquilo que eu considero, que se afigura, *data venia*, muito evidente, a esta altura, reconhecendo que Vossa Excelência, com os dados que tinha à época, só podia mesmo ter tomado a decisão que tomou, e eu o acompanhei naquelas decisões às quais me referi.

Mas como já foi aventado da tribuna, o art. 108, I, a, da Carta Magna estabelece que:

"Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição (...)"

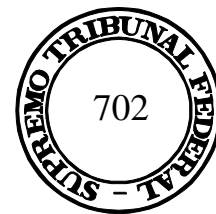
Inegavelmente, não se pode dar um tratamento distinto aos juízes, aos membros do Ministério Público, nem aos advogados. Existe um paralelismo entre a expressão "jurisdição", à qual faz menção a Carta Magna, e "atribuição", que é justamente aquele complexo de funções exercidas pelos membros do Ministério Público.

Dentro desse paralelismo, o Procurador da República precisa ser julgado pelo Tribunal Regional Federal em cuja área exerce as suas atribuições, sob pena de ofensa ao princípio do juiz natural. É por isso que essa matéria, penso eu, pode ser tratada em sede de *habeas corpus*.

Verificamos - e a palavra do advogado merece fé pública, como todos nós sabemos -, pelo memorial, que no ano de 2014, o procurador ora requerente Ângelo Goulart foi designado para atuar como membro auxiliar do Procurador-Geral da República, em apoio ao Vice-Procurador-Geral Eleitoral, pelo prazo de dois anos, sem prejuízo de suas funções na Procuradoria da República no Município de Guarulhos.

Depois, o Procurador da República editou outra portaria, prorrogando a designação do requerente por mais dois anos, com desoneração de suas atribuições na unidade de origem.

Posteriormente, o Procurador-Geral da República baixou mais uma portaria, agora de número 157, de 11 de março de 2016, em que Sua Excelência desonera integralmente o Procurador da República Ângelo Goulart Villela de suas atribuições na Procuradoria da República, no Município de Guarulhos, em razão de sua designação efetivada pela portaria, a qual anteriormente fiz menção. Portanto, na época dos fatos,



PET 7063 / DF

ou durante todo o período dos fatos, de março a maio de 2017, o requerente Ângelo Villela atuava como Procurador da República exclusivamente no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, razão pela qual entendo ser este o tribunal competente para julgá-lo. Não fosse isso, nós temos o artigo 70 do Código Processo Penal, o qual estabelece o grande princípio, nesta matéria, de que o foro para julgar quaisquer crimes se processa segundo o critério *ratione loci*: o local onde o crime foi praticado é onde ele deverá ser julgado. Então, nessa zona cinzenta, em um primeiro momento, instaurou-se a dúvida quanto à competência. Parece-me que, neste momento, tudo indica que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região é o competente. Ainda que assim não fosse, ou seja, que não estivéssemos tratando da competência *ratione loci*, tendo em conta o princípio da ampla defesa, parece ser muito mais fácil ao Procurador defender-se no local onde reside, tem domicílio e exerce ou exercia as suas funções. Esta é, então, a consideração inicial que faço para, com a devida vênia, conceder um *habeas corpus* de ofício, tendo em conta o princípio do juiz natural e os argumentos que enunciei, para estabelecer que é competente para julgar o requerente o Tribunal Federal da 1ª Região e não o da 3ª Região.

Com relação ao pedido de relaxamento da prisão, vejo que a superveniência do tempo foi demonstrando que as razões elencadas no artigo 312 do Código de Processo Penal não mais subsistem.

O requerente está preso há mais de 70 dias. Não há notícia de que ele esteja afetando de qualquer maneira a ordem pública, a ordem econômica; não está interferindo na instrução criminal e também não está obstando a aplicação da lei penal. Se, em um primeiro momento, subsistiam as razões para a prisão preventiva calcada no artigo 312, essas razões não mais se sustentam. Insisto, não para dizer que a decisão de Vossa Excelência ou do juiz desembargador da 3ª Região foi errônea, mas para assentar que o desenrolar dos fatos demonstra que essa prisão é totalmente desnecessária agora.

Há um outro dado que impressiona muito, que é a desigualdade de tratamento com relação aos demais envolvidos nesta Operação Patmos.

PET 7063 / DF

Vossa Excelência, Senhor Presidente, muito bem observou que nem todos estão soltos, mas cada um tem certamente as suas peculiaridades, as suas circunstâncias que devem ser devidamente sopesadas, mas os principais atores, pelo menos aqueles com maior visibilidade pública, já se encontram em liberdade, não obstante a gravidade dos fatos a eles imputados. A irmã do Senador Aécio Neves foi libertada. Da mesma forma, as prisões de seu primo Frederico Pacheco e de Menderson Lima também foram revogadas, de maneira que cumprissem as preventivas em domicílio. Recentemente, houve a revogação da prisão de Rodrigo Santos Rocha Loures, que, como foi dito e é público, foi flagrado com uma mala com 500 milhões de reais.

Este requerente, acusado dentro do mesmo contexto está tendo, com o devido respeito, um tratamento desigual. De maneira que eu ousou - e digo "ousou"- divergir de Vossa Excelência e dizer que este Supremo Tribunal Federal, ou pelo menos este juiz da Corte máxima do país, não pode fazer vistas grossas a uma ilegalidade que, a seus olhos, mostra-se patente.

Por isso, com fulcro no artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal, e tendo em conta os argumentos que desfiei, concedo a ordem para: primeiro, fixar a competência do TRF da 1ª Região para julgar o requerente; e em segundo lugar, para revogar a prisão preventiva, no entanto impondo-lhe medidas cautelares diversas da prisão.

Diz o artigo 319 que são medidas cautelares diversas da prisão:

"I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;"

Então, entendo o que é aplicável essa condição.

"II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;"

Entendo, também, que - salvo engano Vossa Excelência, Ministro Fachin, já havia determinado isso -, o requerente ficaria proibido de ingressar em qualquer dependência do Ministério Público. Então,

**PET 7063 / DF**

também estabeleço a proibição de que o requerente acesse qualquer dependência do Ministério Público e, assim, não tenha acesso a documentos ou possa, eventualmente, interferir com as provas já amealhadas.

"III - contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;"

Proíbo também, o requerente de manter contato com qualquer dos investigados.

"IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;"

Aqui, no caso, entendo comarca por jurisdição do TRF da 1ª Região. Proíbo, ainda, de ausentar-se, sem licença, da área de jurisdição do TRF 1ª Região.

"V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;"

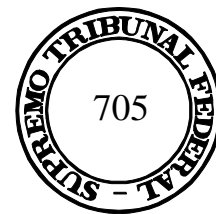
Entendo que, também, isso se mostra aplicável.

"VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;"

No tocante a esse inciso, entendo ser incompatível que o requerente continue exercendo as funções de membro do Ministério Público. No entanto, suspendo, sem prejuízo da percepção dos subsídios, porque nós estamos tomando uma decisão provisória e os subsídios, como todos nós sabemos, constituem verba alimentar e, ao que depreendo dos autos o requerente não possui outra fonte de renda.

"VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem



PET 7063 / DF

judicial;”

Internação provisória do acusado não é o caso, fiança não é o caso.

Art. 320. A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Ad cautelam, determino a caução de seu passaporte.

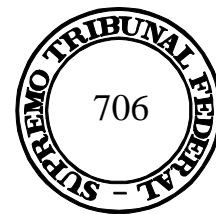
Então, Senhor Presidente, pelo meu voto, em resumo, concedo a ordem de ofício para esses dois propósitos que enunciei, estabelecendo essas medidas cautelares diversas da prisão às quais fiz referência.

É como voto.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Pois, não. Vossa Excelência, portanto, também se manifesta e vota no sentido de alterar a competência?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Sim, pelos motivos que enunciei, entendendo que Vossa Excelência obrou com acerto num primeiro momento, tendo em vista os elementos que havia nos autos, mas agora, em face dessas informações que me foram trazidas, tendo em conta, especialmente, que o requerente exercia as suas funções na área de jurisdição do TRF 1ª Região, quando os fatos que lhe foram imputados ocorreram, verifico que isso atrai a jurisdição dessa Corte Regional Federal. Entendo, ainda, que os crimes foram praticados nesta área e que o direito de defesa é um direito instrumental que deve ser facilitado ao máximo e, por esse motivo também, é que chego a essa conclusão, Senhor Presidente.

Então, é como voto.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

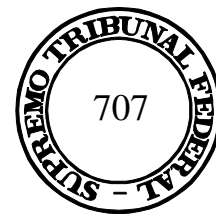
PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

CONFIRMAÇÃO DE VOTO

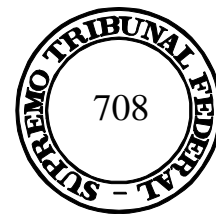
O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Na condição de Relator, permito-me apenas dizer, sem embargo da solidez e, como sempre, da expressão acutíssima de Vossa Excelência, Ministro Ricardo Lewandowski, que mantenho o voto que trouxe a esse Colegiado. Vossa Excelência, portanto, inaugura a divergência nessa dimensão.

Entendo que este agravo, como disse, volta-se contra ou em face de uma decisão exaurida neste Supremo Tribunal Federal. Portanto, entendo, com toda a vênia, que estaríamos eventualmente a deferir um *habeas corpus* em face da decisão do Desembargador federal, cujo conteúdo sequer examinamos no processo. Então, com toda a vênia, compreendo que, nesta hipótese, não caberia, como já disse, com todo o respeito, a concessão de *habeas* de ofício, exceto se, no recurso de *habeas* da relatoria de Vossa Excelência, que não está em julgamento, lá Vossa Excelência concluísse, pois lá está sendo atacada a decisão que negou a liminar no STJ em *habeas corpus* impetrado em face da decisão do Desembargador federal. Eu entendo que nós estamos dando um salto por sobre o Superior Tribunal de Justiça. Compreendo que Vossa Excelência está apreendendo a estatura constitucional do *habeas* para considerar esta questão num plano de segundo relevo em relação à garantia a que Vossa Excelência está dando guarida com o voto, mas, como eu depreendo inexistir ilegalidade flagrante ou teratologia nesta hipótese, compreendo que esta matéria, mesmo em sede de *habeas* de ofício, poderia ser examinada no *habeas corpus* da lavra de Vossa Excelência, e não neste agravo regimental.

No tocante à competência, eminente Ministro Ricardo Lewandowski, peço também vênia aqui para assim depreender, tenho também presentes os juízes convocados neste Tribunal, os nossos magistrados instrutores, que, se eventualmente tiverem contra si imputado algum tipo de ato

**PET 7063 / DF**

delituoso, não serão, por certo, destinatários de procedimentos instaurados neste Tribunal, onde eles plenamente exercem suas funções, e sim, obviamente, onde se localizar, na origem, a respectiva competência. Mas temos aqui uma visão distinta e apenas estou pedindo, agora, da minha parte, vênha a Vossa Excelência para manter a posição que inicialmente trouxe a este julgamento.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

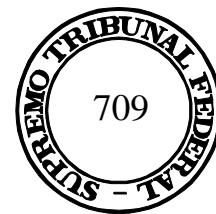
PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL**VOTO**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhor Presidente, na verdade, eu tinha pensado, na abertura desta sessão, em fazer algumas considerações sobre o que vai em torno dessa operação e as nossas atuações neste caso, parte daquilo que eu já tinha falado na penúltima sessão do semestre passado. Mas a ausência do Ministro Toffoli me inibe um pouco de trazer, à guisa de uma informal questão de ordem, algum alinhamento em torno do que vai nessa matéria ligada à Lava Jato, à homologação das decisões e também às consequências de todo esse processo.

Já elogiei Vossa Excelência na sessão passada, na sessão do Supremo Tribunal Federal, na sessão da nossa fase passada, em junho, sobre a iniciativa de trazer essa questão a debate. Acho que foi realmente um ato de presteza, de coragem cívica. Mas eu alinhei ali uma série de problemas, problemas sérios, e problemas que, quando os dias passam, eles vão, ao invés de ir se tornando mais transparentes ou de tranquilizando a alma, eles vão se tornando mais aflitivos, adensam mais as nossas preocupações.

É cada vez mais obscura a atuação da Procuradoria-Geral da República, em toda a dimensão desse episódio. Cada vez mais se fala em coisas um tanto quanto pouco esclarecidas. Cada vez mais se fala, por exemplo, em uma ação controlada, feita pela Procuradoria da República, e que nós estamos a reboque desse sistema. Em muitos casos - e eu devo fazer aqui uma autocrítica -, nós somos os responsáveis. A própria Turma foi responsável.

Ministro Celso e eu - acho que o Ministro Lewandowski não estava aqui ainda - vivenciamos o caso Delcídio, em que houve a prisão preventiva de um parlamentar. Antes disso, já tínhamos tido, salvo engano, o caso da suspensão da atividade parlamentar do deputado Eduardo Cunha. E em que que isso resultou? Quase que numa normalização da ideia de prisão de parlamentar. Na verdade, já não se

**PET 7063 / DF**

fala mais em prisão em flagrante, agora já é prisão provisória. E isso passou a ser normal, absolutamente normal.

Suspensão do mandato parlamentar. Inicialmente, tivemos o cuidado de levar para o Pleno, e se disse que era um caso singular. E, de fato, o caso era muito singular, tanto é que o Ministro Teori não havia decidido a matéria. Diante da pauta do segundo caso, aquela ADPF do Ministro Marco Aurélio, Sua Excelência se viu obrigado a colocar o tema, porque ele julgava que a questão teria que ser avaliada pelo Plenário da Câmara. Esse era o encaminhamento. Mas, agora, Vossa Excelência se viu na circunstância de suspender um parlamentar do exercício do mandato. Vejam que as coisas vão num crescendo e a gente vai criando um Direito Constitucional achado na rua ou, como chamou o meu amigo português, "vocês estão inventando um Direito Constitucional da malandragem", uma coisa meio que distorcida. Vamos produzindo alguma coisa. E a reboque de quem? Da Procuradoria da República. Ela passa a pautar o Direito Constitucional. Muito estranho tudo isso. Muito estranho tudo isso.

Também as prisões vão sendo discutidas e contestadas. Já falamos sobre isso. A questão da prisão preventiva, o alongamento da prisão preventiva, as questões das delações, o arbítrio de que dispõe a Procuradoria da República. Eu não falei ainda sobre esse assunto, mas veja que, nesse episódio em que a Procuradoria combate a corrupção - supostamente -, dois fatos graves ocorreram, Ministro Fachin. Só um deles investigado. Um deles, Ministro Celso, é o caso que está aqui agora discutido, do Procurador Ângelo. O outro, até agora sem resposta, é do Procurador Miller. Até as pedras de Brasília sabem que Sua Excelência foi responsável pelo caso do Delcídio, pelo caso do Sérgio Machado e por este caso Joesley Batista, em que ele atuou dos dois lados, segundo a lenda urbana. Nenhuma investigação aberta. Veja, na primeira vez em que a Procuradoria se envolve de uma maneira densa no combate à corrupção, dois Procuradores caem, Ministro Fachin. Veja a solidez da instituição quando começa a mexer com dinheiro. Ninguém falou sobre isso até aqui.

PET 7063 / DF

O delegado Daiello, que Vossa Excelência tem acesso e pode confirmar a informação, falava-me - e acho que reportei isso a Vossa Excelência, porque reportei outro fato que ele me disse - que um procedimento desse, Ministro Celso, segundo os protocolos que estão estabelecidos, levaria seis meses. Parece que foi feito em menos de um mês! Isto adensa essas lendas em torno desse fato! Portanto, me parece que nós devemos, realmente, cada vez mais tomar cuidado!

Já falei sobre o Direito Penal de Curitiba. Quer dizer, todas essas coisas extravagantes que se fizeram e que nós fomos referendando. Nós, porque não me coube referendar nenhum acordo, mas os Colegas bateram o entendimento, referendamos esse entendimento. Se reescreveu a lei? Hoje, inclusive, aplica-se pena sem interveniência do juiz! E nós somos responsáveis. Se esses abusos estão sendo perpetrados, foi porque nós deixamos que isso ocorresse. E eu acho que é da nossa alta responsabilidade dizer: Chega! Basta! Não vá o sapateiro além do sapato!

O que se tem feito com o STJ? Um tribunal visivelmente amedrontado por conta também de várias ações! Toda hora se colocam nos jornais: "Ah! Um Ministro vai ser delatado!"; "Ah! O Ministro foi referido numa..." Tribunal amedrontado!

Abrem inquérito contra dois ministros do STJ, o Presidente e o Ministro que foi nomeado, Marcelo Navarro. Suposta obstrução de Justiça! Suposta obstrução de Justiça! Obstrução de Justiça virou a fórmula mágica! Não se pode falar mal da Operação Lava Jato porque é obstrução de Justiça! Não se pode criticar uma ação ou dizer que vai reformular a lei porque é obstrução de Justiça e abre-se inquérito!

Que poderes que nós estamos dando ao Ministério Público? Nós entendemos que o Ministério Público, de fato, é o líder do País? É isto que nós pensamos? E qual é o nosso papel? E eles estão investidos? Estão fazendo, de fato, os seus deveres, de maneira tão limpa, quando nós vemos que dois procuradores estão envolvidos em episódios bastante obscuros nesta grande operação em que envolvia muito dinheiro? Que exemplo!

O delegado - e essa conversa eu lhe reportei com certeza - Daiello

**PET 7063 / DF**

também me dizia que, a partir do despacho de Vossa Excelência, fez-se uma intervenção na Polícia Federal, coisa que o Ministro Teori tinha recebido, muitos pedidos, e nunca tinha feito, mas que Vossa Excelência deferira a escolha de um delegado para processo, que era uma tentativa de a Procuradoria subjugar a Polícia Federal. Nós temos que ter cuidado em relação a isto! Mas, veja, tudo isto é um projeto; e nós estamos dando o curso, estamos deixando que isso aconteça!

Então, a mim me parece que essas questões têm que ser devidamente colocadas. Eu tenho trazido uma nota, inclusive sobre a chamada cláusula de sigilo - depois nós vamos discutir isso -, que Vossa Excelência, inclusive, com toda a honestidade, nos trouxe, dizendo que estava trazendo propostas e decisões do Ministro Teori, a propósito dos acordos de colaboração. Mas o que acontece aqui? E acho que tem erros de perspectivas, inclusive que a gente chancelou no Plenário. Fala-se que há um acordo entre partes específicas, portanto nós dissemos também que terceiros não poderiam sequer recorrer. Está errado isto! Já disse isto no meu voto inicial. Porque, na verdade, o que é este acordo? Este é um acordo que se faz em desfavor de terceiros! O objetivo é atingir a área, a esfera de direito de terceiros. Como dizer que terceiros não podem participar? Mas, pior: nós passamos a chancelar uma fórmula que diz que, como isso diz respeito apenas ao interesse do delator, do colaborador, nós passamos a permitir que ele autorizasse - o Ministério Público passou a escrever essas cláusulas - a divulgação prévia, violando a lei! Mas isto não é um direito renunciável por ele. É óbvio que não, porque isso atinge o delatado. Mas nós passamos a permitir.

Por que isto tem relevância? Porque é assim que se faz este modelo de envolvimento da mídia no contexto geral.

Como que se faz? Divulgando. Divulgando os vídeos, divulgando a delação ao seu bel talante, o bel talante do Ministério Público. E nós estamos chancelando isto! Notórios abusos! Violação clara da lei! Não se pode mais deixar que isso transite. É preciso dizer chega, basta, já erramos demais. Já erramos demais em relação a isto. Isto é claro, é transparente! Ninguém tem dúvida em relação a isto!



PET 7063 / DF

Qual é o jogo? Ah, pega-se o vídeo e joga-se no Jornal Nacional. E empodera-se o Procurador. E nós vamos chancelar esse tipo de patifaria? E vamos referendar isso? E somos tolos?

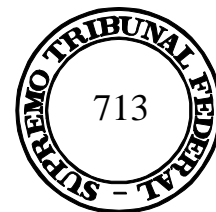
As pessoas podem desprezar em relação a gente, podem desprezar tudo, podem não nos respeitar, mas não vilipendiem a nossa inteligência. Nós estamos dando curso a um projeto autoritário e totalitário. É isso que nós estamos permitindo. Seja por covardia, seja por medo, seja por não percepção, nós estamos permitindo isto.

Combate ao crime, sim, sem cometimento de crime. Isto é fundamental. É fundamental.

Agora, passo às questões que estão colocadas.

Eu vejo também, hoje, com muita preocupação - e aqui vou fazer considerações - essa formalização do *habeas corpus*.

Nós levantamos preocupação já lá atrás, Ministro Celso, sobre a Súmula 691. Sempre dissemos "se houver teratologia, haverá solução". Porque a proposta que nós tínhamos discutido no Plenário era de revogação da Súmula 691, mas vão se engendrando, então, escalas; e isso, muitas vezes, serve para nós como um argumento para não enfrentar a questão naquele momento. É até compreensível, sobretudo, como disse o Ministro Lewandowski, quando os fatos não estão muito claros. Mas é evidente que a Súmula 691 também serve de valhacouto de covardes. Ela serve para fugir de questões que são realmente relevantes. E por isso que nós temos enfrentado e superado a Súmula 691. Como também temos superado - mais aqui e acolá tem essas variações - a questão da prejudicialidade do *habeas corpus* quando, impugnada a liminar, sobrevém a decisão. Por quê? Porque a interpretação que mais se adense, mais se ajuste, claro, ao *habeas corpus*, de tanta tradição nesta Casa, é de lhe dar eficácia, é de lhe emprestar, de lhe conferir densidade, não de torná-lo um instrumento formal, como o grupo de Curitiba tentou fazer nas dez medidas que acabavam com o *habeas corpus*. Nem o AI 5 tinha conseguido fazer o que eles estavam propondo. Simplesmente não se consideraria mais liminar em *habeas corpus*, a não ser em determinados casos que Curitiba permitia. Pelo menos foram honestos, porque



PET 7063 / DF

escreveram. O pior é esse Direito que está se escrevendo a partir de acordos.

Mas, então, são questões muito sérias, estas.

Agora, a questão de *habeas corpus* de ofício. Também aqui não pode ter formalização. E já o disse bem o Ministro Lewandowski. Se nós nos deparamos com uma questão que se coloca, com todas as vênias, pouco importa se veio *per saltum*, veio numa reclamação. Cansamos de conceder, aqui. Vem uma reclamação, nós não conhecemos, mas concedemos a ordem de ofício, porque é disso que se cuida, é da natureza desta ação, que é uma ação realmente singular.

Se há uma ação cujo *epso* se confunde com o desta Casa, o destino desta Casa, é o *habeas corpus*. Isso que fez a história deste Tribunal. Quando eu vejo as invencionices que se fazem em torno do *habeas corpus* para o seu não conhecimento, eu fico vermelho de raiva e amarelo de vergonha. Porque, de fato, há esse quadro. Veja, se deparamos com uma dada situação, evidentemente que temos que fazer esse exame. E aqui me parece que não há como deixar de fazê-lo.

O *habeas corpus* de ofício, já o leu o Ministro Lewandowski, já leu o dispositivo, de fato, basta que nós tenhamos conhecimento, seja pela via que for, e podemos então conceder. Porque, se nós formalizarmos isto, nós vamos chegar a um ponto de dizer: "Ah, tem até razão, mas volte lá ao primeiro grau e comece toda a sua *via crucis*. Mas nós sequer estamos falando de réu, nós estamos falando de um investigado preso há dois meses.

E eu falo com tranquilidade sobre esse tema, porque, como todos sabem, eu fui o primeiro ministro do Supremo que me meti nessas masmorras todas, combatendo os abusos das prisões provisórias, os abusos das execuções de penas antecipadas.

Na minha gestão na presidência do CNJ, nós libertamos 22 mil pessoas que estavam presas indevidamente, porque é com essa autoridade moral que eu digo, porque, senão, vem o discurso: "Ah, está interessado no réu de destaque ou no réu rico". Não! Falo com a autoridade de gente que se interessou pelo réu pobre, pelo investigado

PET 7063 / DF

pobre, gente que estava aí nessas masmorras e que não tinha nenhum encaminhamento, sem defensor, e que nós colocamos, portanto, isto à luz. Portanto, falo com a tranquilidade de quem realmente se preocupa. Porque eu sei também que, no Brasil, isso se tornou exótico. Ninguém fala direitos humanos de preso.

Nós nos tornamos tão exóticos, que nós, Ministro Fachin, liberamos na Turma, recentemente, o aborto, na Primeira Turma, para quem tivesse até três ou quatro meses de gravidez, não sei. E proibimos, no Plenário, a vaquejada. É esse o Direito que nós estamos produzindo! É esse direito que nós estamos produzindo! Uma coisa realmente exótica: viola-se a reserva do Plenário, nega-se... Por quê? Porque, "ah, nós temos aqui uma composição que vai produzir algo simbólico", e se aproveita, de maneira covarde, para decidir no colegiado da Primeira Turma, e se faz "agora vamos autorizar o aborto". E depois vai lá no Plenário e diz que a vaquejada é um ataque à humanidade. Realmente, a gente está produzindo coisas muito estranhas nesses tempos.

Mas vamos à questão colocada. Já se falou aqui das idiossincrasias desse processo. Devo dizer que me impressionaram deveras as sustentações feitas pelo Professor Badaró, pelo Professor Rafael Carneiro. Elas me impressionaram bastante.

Mas no memorial trazido, Doutor Rafael e Ministro Gilson Dipp trazem uma lista, um quadro de inconsistências em relação aos depoimentos dos delatores, mostrando como este caso, na medida em que o tempo passa, ao invés de se tornar mais claro, vai se tornando mais obscuro em relação a esse fato envolvendo o advogado e o procurador. Diz aqui no memorial:

Depoimento de Joesley em 27 de abril:

"Que o advogado teria dito que iria dar R\$ 50.000,00 por mês, para a Ângelo, a título de 'ajuda de custo' para ajudar no caso (...)"

Depoimento dos delatores após a prisão, depoimento de Joesley em 21 de junho:

"(...) não sabe dizer se é verdade que Willer pagava a 'ajuda de custo' para Ângelo."

**PET 7063 / DF**

Interessante isso. E nós estamos aqui num embate para dizer: “Bom, está preso, fica preso.”

Agora o depoimento do advogado, representante jurídico do grupo:

"Que até 19 de abril, os contatos diminuíram muito com advogado Tomaz, mas que perguntou para o Wille Tomaz se havia mesmo remuneração para o procurador, o que foi confirmado, no valor de 50.000,00;"

Depoimento de Francisco de Assis em 20 de junho:

"Que ficou sabendo que o Willer disse que pagava uma mesada para Ângelo, mas não se lembra se isso lhe foi dito diretamente por Willer ou por Joesley."

Curioso isso. Mas nós não estamos falando de pequenas incongruências. Não é uma questão de vírgula. É se o fato existiu ou não. É disso que se cuida. Mas veja quanta coisa já andou em torno disso. E não é a primeira vez que isto ocorre. Eu fiz a autocrítica no Plenário e volto a dizer aqui, a relembrar o caso André Esteves, Ministro Lewandowski, que hoje é um clássico caso de erro judicial.

Qual foi a história que a Procuradoria nos contou? É que havia uma trama para a fuga de Cerveró e que quem estava a pagar isto era André Esteves. Clássico caso de obstrução de Justiça envolvendo o Senador Delcídio, as menções que teriam sido feitas pelo próprio Senador nas gravações e tudo mais. Depois se verifica que este dinheiro não veio de André Esteves, mas que teria sido passado para o Senador por Bumlai, os 50 mil que teriam sido adiantados ao filho de Cerveró. Mas quem foi preso por ordem desta Corte? Foi o banqueiro André Esteves. Uma situação curiosa. E nunca ninguém veio sequer dizer: "Puxa, nós nos equivocamos". Veja a arrogância com que se está lidando com essa temática. Nem para a Corte dizer: "Puxa, nós nos equivocamos". Veja, isto é uma mensagem para todos nós, que façamos um escrutínio severo das próprias petições que vêm da Procuradoria. Veja o tamanho de erro factual para justificar a prisão.

Então, este dado aqui já me parece bastante relevante, veja, a insegurança quanto aos depoimentos. Mas isso é uma questão de mérito.



PET 7063 / DF

Terá que ser devidamente analisada. Agora estamos discutindo a justificativa da prisão provisória.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL**ADITAMENTO AO VOTO**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhores Ministros, vejam que, quanto mais o tempo passa, ao invés de nós termos um quadro mais claro em relação a toda essa temática, mais confusos nós ficamos.

Quem acompanhou o nosso julgamento, no final do semestre passado, há de ter visto que nós parecíamos componentes de um parlamento árabe, tantas eram as versões. Vossa Excelência, Ministro Lewandowski - talvez até possa dizer "felizmente" - já tinha viajado.

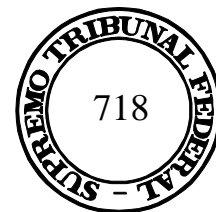
O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Mas participei da maior parte das discussões

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim, mas digo isso porque Vossa Excelência não participou das perplexidades de interpretação que nós tínhamos a respeito da temática. Mas, claro, porque o tema é difícil, a partir da premissa que nós estabelecêramos inicialmente, que era de dizer que o acordo se fazia entre o infrator e a Procuradoria e que, praticamente, não tinha papel algum o Judiciário a não ser se a promessa não fosse executada, relegando qualquer significado ao princípio da legalidade. Chegou-se até a dizer, no entusiasmo que marcava a sessão, que aquele era um novo Direito.

Eu, hoje, estava lendo um autor italiano que chamava a atenção para os problemas verificados na Itália, com os abusos das delações, e que levou inclusive à má imagem das delações naquele país. São as manifestações de Jean Carlos Spagnolo, estudando a questão das delações e leniências? Ele diz:

"The obvious problem is that oral statement are harder to verify and can open the door to falsification or distortions as has happened sometimes in Italy with leniency programs against mafia."

Este é um autor que estuda essa questão da leniência, mostrando as distorções e prosseguindo nessa linha.

**PET 7063 / DF**

Nós estamos chegando a esse quadro de maneira agravada, basta acompanhar as notícias dos últimos dias. A Polícia Federal, como era de se esperar, chegou à conclusão de que - e eu tinha falado isso no Plenário - aqueles fatos relativos à tal obstrução de Justiça do ex-Presidente Sarney, Renan e Jucá não tinham nenhuma relevância jurídico-penal e pediu o cancelamento do benefício, colocando esta Corte em uma situação desafiadora. Aqui foi um daqueles casos de extravagância. Foram concedidos benefícios a esse personagem e a seus filhos, isentando-os inclusive de qualquer investigação. É um bom desafio para esta Corte. Agora, nos dias recentes, a Polícia Federal - a Folha acaba de publicar - vem a dizer que a Odebrecht usou de uma estratégia para fazer que setenta e sete delatores se manifestassem e que aquilo gera, na verdade, uma série de inconsistências, inclusive com mudanças de depoimentos constantes. Novamente, volto ao ponto inicial de minha fala, quanto à divulgação: os delatores que disseram algo, agora, na Polícia, vão reformulando e retirando inclusive as invectivas que fizeram. Veja em que quadra nós estamos envolvidos e também o tamanho da responsabilidade deste Tribunal. Sem dúvida nenhuma, nós temos um grande desafio pela frente, porque o Tribunal não está inspirado, certamente, pelo moto do Ministério Público de "delenda políticos", de "faça justiça ainda que pereça o mundo". O Tribunal não pode estar consorciado com os propósitos políticos do Doutor Janot, não pode ser isso. O Tribunal tem o dever estrito de guardar a legalidade. E nunca o Tribunal foi caixa de ressonância da Procuradoria. Houve uma época em que a Procuradoria, na Constituição de 1891, era um Ministro do Supremo, e, depois, gente de grande cabedal jurídico, não era gente escolhida por associação. Eu vi Henrique Neves, Moreira Alves, Xavier de Albuquerque, Sepúlveda Pertence, Henrique Fonseca, e nunca o Tribunal achou que tinha que seguir parecer de Procurador. Quer dizer, estamos vivendo tempos muito esquisitos. De modo que, parece-me, estamos diante de uma encruzilhada: Ou damos uma resposta firme em casos que tais e definimos parâmetros do Estado de Direito, ou colocamos em xeque não a Procuradoria, colocamos em xeque existência deste Tribunal. É isso que

PET 7063 / DF

está em jogo!

Estou assumindo também claramente, nesta crítica, a autocrítica. Acho que nós, enquanto Turma e Colegiado, falhamos no exame dessas questões.

Falei no Plenário que a minha atenção só foi despertada de maneira mais vertical para essa temática a partir do caso Sérgio Machado. Até então, era uma rotina um tanto quanto de responsabilidade apenas do Relator. Mas os fatos foram assomando e se tornando cada vez mais graves.

Não é a primeira vez que o Tribunal reflete sobre isso. Nós tivemos, Ministro Celso, o grave caso das ondas de prisões feitas pela Polícia Federal, que o Tribunal deu a resposta, inclusive com a "súmula das algemas". De novo, nós estamos numa encruzilhada e, de novo, nós somos responsáveis sobre isso, porque um Tribunal como este vale muito pelo que faz, muito.

Esses dias até falava com os meus colaboradores, no dia 21 de junho, eles quiseram me prestar uma homenagem. E, aí, claro, jovens talentosos e curiosos, certamente queriam saber da minha experiência aqui. Eu disse: "olha, tenho muito orgulho, não só do que fiz aqui, mas o que fiz fora: leis e projetos de leis, uma certa inventividade institucional e tudo mais. Mas, depois de refletir e refletir, eu acho que a grande contribuição que a gente acaba dando ao longo do tempo não são as nossas obras, mas aquilo que a gente evita que se faça". A grande missão deste Tribunal é evitar que se faça, que se engendrem abusos, que alguém passe a imaginar que está acima da lei!

Ao decidirmos que os acordos valem pelo escrito, nós estamos dando ao Procurador-Geral da República um poder que nenhum soberano tinha, que nós não emprestamos aos acordos internacionais, e estamos permitindo que se reescreva o Direito Penal e Processo Penal.

Este Tribunal tem a missão de evitar isso e fazer com que a lei seja cumprida. Notoriamente, é preciso dizer que existe uma Corte que lê a Constituição, que a aplica e que não faz exceção.

De modo que, Ministro Fachin, pedindo todas as vênias, eu vou,



PET 7063 / DF

acompanhando o voto Ministro Lewandowski, dar provimento ao agravo naquele ponto e conceder a ordem de ofício nos dois casos.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Peço vênia para acompanhar o voto do eminente Relator.

É o meu voto.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

DEBATE

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Temos, na divergência, dois votos; e também dois votos na relatoria.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Com a divergência que ora se registra neste julgamento, e tendo em vista a natureza dos provimentos jurisdicionais contrastantes, impõe-se a prolação da decisão mais favorável em favor do ora requerente, com extensão do "*habeas corpus*" de ofício ao corréu, uma vez presente a similitude do contexto fático-jurídico.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Pois não.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É o que me parece.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - O que não ocorre no mandado de segurança, em que se prestigia a determinação da autoridade.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Embora seja desnecessário, especialmente a Vossas Excelências, mas apenas para a minha própria rememoração, o art. 146 de nosso Regimento prevê que:

"Art. 146 Havendo, por ausência ou falta de um Ministro, nos termos do art. 13, IX, empate na votação de matéria cuja solução dependa de maioria absoluta, considerar-se-á julgada a questão proclamando-se a solução contrária à pretendida ou à proposta.

Parágrafo único. No julgamento de habeas corpus e de recursos de habeas corpus proclamar-se-á, na hipótese de empate, a decisão mais favorável ao paciente."

**PET 7063 / DF**

É matéria de Plenário, mas certamente se aplica às Turmas.

Vossa Excelência, Ministro Celso, está entendendo que este parágrafo único, nada obstante tenha sido pautado o agravo, aplica-se nesta hipótese que está sob julgamento.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Exatamente para evitar a questão da cognoscibilidade ou não do agravo, que concedi uma ordem de *habeas corpus* de ofício, tanto na primeira questão da competência, que achei que estava sendo vulnerado o princípio do juiz natural, como no segundo caso, em que também a liberdade do recorrente estava sendo colocada em xeque indevidamente. Por isso que, em ambos os casos, concedi a ordem de ofício. Portanto, trata-se de *habeas corpus*.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: O que há, substancialmente, no caso, é a concessão “*ex officio*” de uma ordem de “*habeas corpus*”.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Esse é o entendimento de Vossa Excelência. O Ministro Gilmar também entende assim?

Fico vencido nesta questão. Entendo, com a devida vênia, que a hipótese em julgamento é do agravo regimental e que não se aplicaria o parágrafo único do art. 146. Proclamo, portanto, o resultado.

No que diz respeito ao julgamento de mérito, fica Redator para o acórdão o Ministro Ricardo Lewandowski, que não só deferia *habeas corpus* de ofício para determinar a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, quanto para substituir a prisão decretada e vigente até este momento, pelas medidas cautelares que impôs, no que foi acompanhado pelo Ministro Gilmar Mendes. E, em tendo havido empate, pois o Ministro Celso de Mello acompanhou a relatoria, aplicou-se, por decisão majoritária, vencido nesse ponto apenas o Relator, o parágrafo único do art. 146, prevalecendo a decisão mais favorável ao impetrante e estendida...

**PET 7063 / DF**

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Não estendi ao advogado Willer, porquanto não tenho conhecimento dos fatos que o envolvem, com a verticalidade necessária.

O requerente se manifestou por intermédio de seus advogados e também por intermédio de memoriais. E se for o caso, eventualmente, de fazer uma extensão a este segundo paciente, haverá de ser ajuizado um requerimento por escrito, mostrando a similitude ou similaridade das situações de ambos.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Ou seja, Vossa Excelência, nesse aspecto, portanto, não suscitou divergência.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Por enquanto, manifesto-me apenas com relação ao procurador.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Ministro Gilmar.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Eu estava concedendo em relação às duas situações, até porque me parece que elas estão devidamente imbricadas.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Quanto à competência, não há dúvida nenhuma. A decisão quanto à competência estende também. Agora, quanto aos pressupostos da prisão preventiva, não tenho os dados.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - É porque toda a discussão sobre o alongamento, sobre as medidas de eventual restrição, por exemplo, de atividade, poderia ser aplicada.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Vossa Excelência leu alguns trechos em que se contestava as assertivas feitas em desfavor do ora requerente.

Não conheço com a clareza necessária quais os atos imputados a este segundo paciente, quais os fundamentos, se são os mesmos da prisão preventiva do procurador. Levei em consideração, o fato de o requerente ser um Procurador da República, até o momento com uma ficha impecável; exercer o múnus público de altíssima importância; ter

**PET 7063 / DF**

merecido a confiança do Procurador-Geral da República, até recentemente, por sua condição e categoria funcional; não interferiu, a menos que se tem notícia, no andamento do processo. Não sei com relação ao outro paciente. Mas pronunciei-me exclusivamente.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A mim me parece que as questões são dificilmente... Até porque, pelo que eu li do memorial, veja Vossa Excelência, os depoimentos, na verdade, a discussão aqui é no que diz respeito ao aspecto - que é claro que é de mérito, mas que justifica a análise do tema na perspectiva da prisão preventiva - das contradições apresentadas, porque, no fundo, é uma ação em que, de um lado, estaria como agente corruptor o advogado. Depoimento do Joesley: "Que o advogado teria dito que iria dar 50.000,00 (cinquenta mil) por mês, para o anjo, a título de ajuda de custo para ajudar no caso". Depois, o depoimento, agora, em 21 de junho: "Não sabe dizer se é verdade que o Willer pagava ajuda de custo para o Ângelo". Portanto, esta é a questão que está colocada. Depoimento de Francisco de Assis, o advogado: "Que até 19 de abril os contatos diminuiriam muito, com o advogado Tomaz, mas que perguntou para o Willer Tomaz se havia mesmo remuneração para o procurador, o que foi confirmado no valor de 50.000,00 (cinquenta mil reais)". E agora, veja a contradição do advogado: "Que ficou sabendo que o Willer disse que pagava uma mesada para Ângelo, mas que não se lembra se isso lhe foi dito diretamente por Willer ou por Joesley". Isso, no processo, agora já, de novo, em 20 de junho.

Então, parece-me que esses fatos já mostram que nós estamos num quadro nebuloso, não é? E me parece que seriam bastante as medidas cautelares, diversas da prisão, também para a aplicação do artigo 319.



01/08/2017

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.063 DISTRITO FEDERAL

ADITAMENTO AO VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Os fundamentos da prisão preventiva são idênticos, ou não?

O SENHOR RAFAEL CARNEIRO (ADVOGADO) - Idênticos, exatamente idênticos.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Calçados no art. 312? A mesma decisão abrangeu ambos os pacientes?

O SENHOR RAFAEL CARNEIRO (ADVOGADO) - A mesma decisão.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Ministro Fachin, ao se pronunciar, vi que fez referência ao advogado Willer no seu pronunciamento, não é?

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (PRESIDENTE E RELATOR) - Sim, exatamente.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - O Ministro Gilmar preconiza que se estenda, por entender que as imputações quanto aos fatos são nebulosas. Da tribuna, assenta-se que os fundamentos da prisão preventiva de ambos os pacientes são idênticos; e consideramos inidôneas os feitos sob a relatoria Vossa Excelência.

Consideramos que esta posição não foi vencedora, mas regimentalmente prevaleceu, e tenho a convicção de que não há como escapar de estendermos também essa decisão a esse outro paciente, porque o contexto fático é o mesmo, se é que os fatos não são exatamente iguais. A decisão que decretou a preventiva é igual. O advogado, sob a fé de seu grau, está afirmando isto, não é?

O SENHOR RAFAEL CARNEIRO (ADVOGADO) - Afirmo isso com todo o respeito à Corte, Excelência.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Pois não. Estendo meu voto, acompanhando o Ministro Gilmar, que examinou mais profundamente a questão da delação premiada e os fatos imputados ao



PET 7063 / DF

advogado Willer, e entendo que fica dispensada, com relação a ele, a condição de não exercer a profissão, porque, evidentemente, é a única que exerce e precisa prover o sustento de sua família. Quanto às demais, ficam mantidas.

É assim que voto, Senhor Presidente.

**SEGUNDA TURMA****EXTRATO DE ATA****PETIÇÃO 7.063**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

REQTE.(S) : ÂNGELO GOULART VILLELA

ADV.(A/S) : TECIO LINS E SILVA (32138/DF, 16165/RJ) E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por maioria, aplicou o parágrafo único do artigo 146 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, prevalecendo a decisão mais favorável ao paciente, em caso de empate na votação, vencido, nesse ponto, apenas o relator. Assim, a Turma, por empate na votação, com apoio nos votos dos Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, concedeu a ordem de *habeas corpus*, de ofício, de modo a fixar a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgar o requerente ÂNGELO GOULART VILLELA, bem como para revogar sua prisão preventiva, impondo-lhe, com fundamento no art. 319 do Código de Processo Penal, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão: I) Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades; II) Proibição de acesso ou frequência a qualquer das dependências do Ministério Público; III) Proibição de manter contato com qualquer dos investigados; IV) Proibição de ausentar-se, sem licença, da jurisdição do TRF1; V) Recolhimento domiciliar no período noturno; VI) Suspensão do exercício da função de Procurador da República, sem prejuízo de seus vencimentos; e VII) Caução do seu passaporte junto ao TRF1. E, na linha do quanto apontado pelo Ministro Gilmar Mendes, constatou, também, que é semelhante o contexto fático e jurídico da decisão atacada nesta Petição relativamente à WILLER TOMAZ DE SOUZA, razão pela qual estendeu-lhe os efeitos desse julgamento de maneira a estabelecer a competência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgá-lo, revogando, igualmente, sua prisão preventiva, com a imposição das medidas cautelares acima descritas, ressalvada a que consta do item VI, ficando, assim, autorizado o exercício da advocacia. Determinou, ainda, a expedição dos competentes alvarás de soltura clausulados, e a comunicação desta decisão ao 19º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, tudo nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator) e Celso de Mello que negavam provimento ao agravo. Falaram: pelo requerente Ângelo Goulart Villela, o Dr. Gustavo Badaró; por Willer Tomaz de Souza, o Dr. Rafael Carneiro; e pelo Ministério Público Federal, a Dra. Cláudia Sampaio Marques. Redigirá o acórdão o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin. **2ª Turma**, 1º.8.2017.



Presidência do Senhor Ministro Edson Fachin. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Ravena Siqueira
Secretária